

Economia

Investigadas três plataformas no Estado

Suposto suborno a Petrobras coloca como alvo de apuração as embarcações feitas em contrato com a SBM, no Sul do Espírito Santo

RIO

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai investigar a participação da Petrobras em um suposto caso de suborno envolvendo o pagamento de “comissões” pela empresa holandesa SBM Offshore a funcionários da estatal, em troca de encomendas de plataformas de produção.

Entre as embarcações feitas por meio de contrato com a SBM estão três plataformas localizadas no litoral sul do Espírito Santo: FPSO Capixaba (campo de Cachalote), Cidade de Anchieta (campo de Baía Azul) e a P-57 (campo de Jubarte).

A Controladoria-Geral da União (CGU) – órgão do governo federal de combate à corrupção – já pediu

a Petrobras para ter acesso a todos os contratos mantidos com a empresa holandesa SBM Offshore.

A companhia estrangeira é investigada nos Estados Unidos, na Holanda e no Reino Unido por suposto pagamento de suborno para obter contratos em sete países em que mantém negócios.

Os detalhes do caso foram revelados por ex-funcionário da SBM em informação publicada na Wikipedia.

No documento, o ex-funcionário, identificado como Jonathan Taylor, relata que teria tido acesso a depoimentos de executivos e mensagens eletrônicas que trataram de pagamentos de propina a

representantes da Petrobras no valor de US\$ 139 milhões (R\$ 332 milhões), entre 2006 e 2011, e de reuniões para tratar “de prorrogação de contrato sem licitação” na Petrobras. Diz, ainda, que a propina no Brasil era de 3% dos contratos.

Ontem, empresas apontadas como intermediárias no pagamento de propinas entre SBM e Petrobras negaram envolvimento.

A SBM Offshore enviou também nota para esclarecer declarações do diretor responsável pelo Brasil, Philippe Levy, em outubro do ano passado durante a conferência do setor de petróleo OTC.

No evento, ele havia dito que o afretamento é uma opção duas vezes mais cara para a Petrobras do que a construção de plataforma própria, mas, no fim das contas, era um bom negócio para a estatal, que não dispõe de caixa para financiar todas as suas unidades.

Na nota, a empresa diz que num contrato de afretamento de 20 anos há custos operacionais envolvidos e, por isso, que a correta comparação seria com o investimento da plataforma atualizado, inclusive pela inflação do período.

OS NÚMEROS

332 milhões
de reais é a suposta propina

3%
é o percentual sobre os contratos



PLATAFORMA P-57 é uma das embarcações feitas em contrato com a SBM